



*Handwritten signature or initials.*

**Ata nº. 04/2017**

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RESENDE,  
REALIZADA EM 04.08.2017**

**LOCAL:** -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

**CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA:** -----

1º SECRETÁRIO: António Silvano de Moura (PS), que substituiu o Presidente António Manuel Leitão Borges (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Ana Maria da Conceição Sequeira Magalhães (PS). -----

**SECRETARIADO:** Chefe da Divisão Administrativa e de Gestão Territorial, António Manuel de Almeida Pinto. -----

**HORA DE ABERTURA:** -----

Eram 16h00 quando o senhor 1º Secretário, em substituição do Presidente da Mesa, deu início à sessão. -----

**PRESENCAS POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** -----

PRESIDENTE: Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS); -----

VEREADORES:-----

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS);-----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (coligação PSD/CDS Por Resende); -----

Albano António Alves dos Santos (PS);-----

Anabela Ribeiro de Oliveira (coligação PSD/CDS Por Resende);-----

Maria José Rodrigues Dias (PS);-----

**FALTAS E SUBSTITUIÇÕES:** -----

Verificaram-se as seguintes faltas: -----

O Presidente da Mesa, **António Manuel Leitão Borges (PS)**, ausente por período inferior a 30 dias, conforme comunicação apresentada, foi substituído pelo membro **Rogério da Silva**.-----

O membro **Luís Filipe Guimarães (PS)**, ausente por período inferior a 30 dias, conforme justificação apresentada, foi substituído pelo membro **Sandra Isabel Matos de Sousa**.-----

O **Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Felgueira e Feirão (PS)**, foi substituído pelo Secretário **Horácio Manuel Saraiva Soares**.-----



O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Mouros (PS), foi substituído pela Secretária Vânia Alexandra Madureira Joaquim.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Barrô (PS), foi substituído pelo Secretário Joaquim Manuel Gouveia Tuna.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Paus (PS), foi substituído pela Secretária Maria de Lurdes Ramos Rodrigues.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de São João de Fontoura (coligação PSD/CDS Por Resende), foi substituído pela Secretária Maria Laura Duarte Rabaça Rodrigues Carvalho.-----

**A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”;** -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

**B. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”:** -----

**B.1. CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DAS “TERMAS DE CALDAS DE AREGOS” E CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE O TERRENO;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, relativa ao Concurso Público Internacional para Celebração de Contrato de Cessão de Exploração das “Termas de Caldas de Aregos” e Constituição de Direito de Superfície sobre o Terreno, devendo ser tidas em consideração as seguintes correções à documentação: Na alínea d) da sua proposta, onde se lê “capacidade mínima para de 120 pessoas”, deve ler-se “capacidade mínima de 70 quartos duplos” e no artigo 11º do capítulo IV do Programa de Procedimento, onde se lê “por um júri constituído por três membros efetivos”, deve ler-se “ por um júri constituído por cinco membros efetivos”.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

**Presidente da Câmara** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“As pessoas presentes nesta sessão são aquelas que assumem a responsabilidade pela gestão do município de Resende, fazendo parte de um órgão importantíssimo, que é a assembleia municipal, devendo por isso assumirem as responsabilidades inerentes ao cargo que ocupam. Independentemente do período pré-eleitoral que se atravessa e do facto de neste órgão estarem presentes forças políticas diferentes, quanto ao assunto agora em discussão, queria dizer-vos que a minha passagem pelo cargo de Presidente da Câmara neste mandato, permite-me, de forma habilitada, fazer uma avaliação sobre o mesmo. Assim, começo por dizer que é um imperativo municipal resolver o problema das Caldas de Aregos. Isto porque, apesar de se tratar de um tema que tem sido discutido nos órgãos municipais e mesmo até no seio da população, colocando em evidência as divergências existentes, no fundo as nossas termas têm tido problemas e sistematicamente tem-se



tratado deste tema com o recurso àquilo que se passou há uns anos atrás, da forma como se iniciou este processo, nomeadamente àquilo que deu origem a isto tudo, que foi o negócio que foi feito ainda na era em que o Presidente da Câmara Municipal de Resende o senhor Dr. Brito de Matos, sendo eu à data vereador da oposição, juntamente com o senhor Joaquim Sousa e com o senhor Eng<sup>o</sup> António Borges, nomeadamente a discussão sobre a constituição das empresas que iriam implementar a produção de energia eólica no nosso território, que levou depois de alguma polémica em sede de discussão em algumas reuniões de câmara, à conclusão de que a câmara municipal iria ter uma participação no capital social da empresa e um papel na gestão administrativa da mesma, ficando esta obrigada a proceder à requalificação da estrada que liga a sede do concelho à ponde de Cavalar. A partir desta altura ficou então o município com um ativo que na altura própria e em que lhe foi possível, lhe veio a permitir adquirir a um privado as Termas de Caldas de Aregos, nas condições já de todos sobejamente conhecidas, razão pela qual me vou aqui abster de as enunciar. Isto já se passou há uns anos e desde então, desde essa decisão tomada pelo executivo da altura, as nossas termas, apesar de inicialmente terem sido objeto de alguma requalificação, têm vindo a degradar-se ano após ano e efetivamente a câmara municipal reconhece a dificuldade que tem em conseguir fazer uma permanente assistência ao balneário termal, por que se trata um local que é muito complicado, muito extenso, que tem um ambiente muito agressivo, com muito vapor de água e temperaturas elevadas, que faz com que os materiais deterioreem com facilidade e todos os anos a câmara municipal tem que proceder à execução de obras de manutenção, continuando sempre a existir os mesmos problemas, ou seja, as nossas termas necessitam imperiosamente de uma requalificação, tendo que ser modernizadas e redimensionadas e para que tal possa ser feito são precisos uns milhões de euros, mais concretamente dois a dois milhões e meio de euros. Ora a câmara municipal não tem neste momento, como todos sabemos e temos consciência disso, possibilidade para assumir a requalificação do balneário termal por sua conta própria. Dir-se-á que se poderia recorrer a um empréstimo bancário, porém, um empréstimo de dois a dois milhões e meio de euros já dá um serviço de dívida anual de cerca de duzentos a duzentos e cinquenta mil euros, ao qual teríamos que juntar, eventualmente, o valor do contrato-programa que todos os anos celebramos com a Companhia das Águas das Caldas de Aregos, situação que seria incomportável para a gestão da câmara municipal. Todos nós temos que ter esta consciência, isto é, o balneário termal da maneira que está precisa de ser requalificado. Independentemente da ideia política de cada um, em termos de proposta, devemos assumir todos que há esta necessidade municipal imperiosa de requalificação do nosso balneário termal, devendo a questão política colocar-se posteriormente, ou seja, o que é que cada força política propõe para que essa requalificação possa ser feita. Assim sendo, reconhecendo isto e ainda a incapacidade que a câmara municipal tem de fazer por si só esta requalificação e considerando que há cerca de dois anos e no ano passado, no âmbito de uma feira organizada pela CIM do Tâmega e Sousa no Luxemburgo, onde o município marcou presença, fomos abordados por algumas pessoas que estavam interessadas em investir em Resende, designadamente nas Caldas de Aregos, começamos a desenvolver uma ação que visasse efetivamente permitir que os



94

investidores pudessem investir nas Caldas de Aregos, onde estaria implícita a requalificação do balneário termal. Essa ação já tinha sido tentada em 2009 pelo meu antecessor, o senhor Engº António Borges, que fez efetivamente um modelo de negócio que foi divulgado amplamente, quer a nível nacional quer a nível internacional, nunca se tendo manifestado, infelizmente, nenhum investidor que tivesse interessado naquele negócio. Desenvolvemos então um modelo de negócio, apoiado nos nossos advogados e numa consultora, que aliás foi a mesma que já em 2009 tinha ajudado a fazer o estudo económico-financeiro para apoiar este negócio, o qual vos apresentamos desta forma simples para ser colocado à discussão sob a forma de uma proposta em que este executivo que se empenhou em apresentar e onde se encontra prevista a tal requalificação que é absolutamente necessária para as nossas termas. Desta feita, esta requalificação que está aqui proposta é acompanhada também da construção de um hotel com 70 quartos duplos, precisamente porque reconhecemos que a resposta da hotelaria existente em Caldas de Aregos não consegue corresponder à solicitação atual, não só dos aquistas como também dos turistas ocasionais ou diários. Já no ano passado existiram alguns problemas com os aquistas tradicionais que não encontraram alojamento em Caldas de Aregos para fazerem os seus tratamentos, dado que a capacidade hoteleira já se encontrava esgotada por via do turismo diário, o que os levou a irem efetuar os seus tratamentos noutros complexos termais. Penso que a continuar assim, provavelmente teríamos dentro de pouco tempo problemas de saúde pública, tornando-se assim imperioso que assumamos requalificar aquele balneário porque é um bem que o município tem, que se for requalificado como previsto nesta proposta, com um hotel de 4 estrelas com 70 quartos, spa e restaurante, aumentará a oferta pública e constituirá um equipamento digno para Resende, num local privilegiado, com uma plataforma que dá acesso ao plano de água, apoiado por vários equipamentos existentes, nomeadamente a fluvina, a piscina, o posto de abastecimento para embarcações, a possibilidade de acesso à água para a prática de vários desportos de lazer e desportivos. Poderíamos assim ter em Caldas de Aregos, existindo investidores, algo que iria alavancar o turismo, a economia local e a economia do nosso concelho. Portanto, muito respeitosamente, assumimos esta proposta como algo que é absolutamente necessário. Só quem é Presidente de Câmara e tem que responder a todas as solicitações e problemas que ocorrem naquele balneário e ao mesmo tempo também é Presidente do Conselho de Administração da Companhia das Águas das Caldas de Aregos, tendo que responder igualmente a todos os problemas inerentes ao balneário termal, será, penso eu, a pessoa melhor colocada para vos pedir que pensem na necessidade não apenas de requalificar as termas, mas principalmente de desenvolver um modelo de negócio que possa levar a que efetivamente as nossas termas sejam requalificadas e à sua volta cresçam equipamentos que as possam ainda mais potenciar e que podem ajudar o nosso concelho, não só em termos de capacidade económica, mas também na criação de mais postos de trabalho. Para a parte política passo a questão do desenvolvimento do negócio, retirando da disputa política a necessidade da requalificação em causa, a qual, como já referi, é absolutamente necessária.”-----

**Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (coligação PSD/CDS Por Resende)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----



“O tema Caldas de Aregos é um tema de extrema importância para a nossa bancada uma vez que sempre entendemos que é um dos pilares importantes para que possa haver desenvolvimento do nosso concelho. Face aos documentos, temos várias considerações e questões que passo a enumerar: A chamada “operação Aregos” baluarte de desenvolvimento da Câmara Socialista desde 2009, acaba de sucumbir definitivamente. O fracasso deste projeto, que nunca poderia ter sucesso conforme é referido no próprio estudo de viabilidade económica, não pode nem deve morrer solteiro. São vários milhões de euros do erário público que andam desperdiçados quando o nosso concelho tanto necessita de desenvolvimento. Foi por estes motivos, que em 2009 fomos contra o negócio realizado pelo Município. Há muitos anos que vimos afirmando que o desenvolvimento do nosso concelho tem de ser alavancado no investimento privado. Basta olhar para os diversos complexos turísticos construídos ao longo do curso do rio Douro e olharmos para Aregos, um lugar privilegiado neste curso, onde esse desenvolvimento passou ao lado. Sobre a proposta que hoje está em discussão, gostaríamos, senhor Presidente, que nos esclarecesse: Como ficam salvaguardados os 3 milhões de euros que deixaram de ser públicos e por permuta passaram a ser privados? De que forma é que se salvaguarda o investimento realizado nas termas e todas as transferências realizadas ao abrigo do contrato-programa celebrado entre a Câmara e a Companhia das Águas das Caldas de Aregos? Em relação à alínea d) da proposta, na qual consta que o adjudicatário fica obrigado a realizar investimentos de valor não inferior a 7,2 milhões de euros, acrescidos de IVA, o caderno de encargos nada diz sobre o assunto. Se tal não se concretizar, de que forma é que vai ser protegido o interesse público e que penalização existe para o adjudicatário? Quanto à renda fixada senhor Presidente, quer-nos parecer que uma renda de 1.389 euros/mês é muito escassa. É no entanto de louvar e é de inteira justiça que estejam salvaguardados os 26 postos de trabalho dos colaboradores da Companhia das Águas das Caldas de Aregos. Como sempre referimos senhor Presidente, o investimento privado é urgente no nosso concelho e para Caldas de Aregos. Mas muitas vezes a pressa é inimiga da perfeição. Estar a pensar numa operação desta envergadura e desta importância, em vésperas da eleição dum novo elenco Camarário que a população de Resende irá escolher em Outubro, numa época de férias para os tribunais, incluindo o tribunal de contas, achamos que é de todo inoportuno. Entendemos que deveria ser o próximo poder autárquico, com calma e ponderação a decidir sobre esta operação. Recordemos o que aconteceu em 2000/2001, em que a Câmara do PSD tinha protocolado com a IMOLOC, um negócio que hoje de certeza absoluta teria Resende noutra patamar de evolução e que a Câmara da altura entendeu abortar por entender não ser um projeto de interesse para o concelho de Resende. Não votaremos contra o assunto em questão, mas vamos abster-nos e aguardar pela apreciação do Tribunal de Contas.”-----

**Presidente da Câmara** – Referiu que achava que não foi entendido o que tinha dito na sua intervenção, no entanto, a resposta que tinha para dar era a seguinte: “Tem todo o gosto em explicar as questões que lhe foram colocadas se tiver acesso à proposta alternativa da bancada da oposição.”.

**Jorge Manuel da Silva Cardoso (coligação PSD/CDS Por Resende)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----



“Fundamentação. É referido no preâmbulo da proposta, a “necessidade absoluta de requalificação...”. Quando foi feita a última intervenção no balneário? Aqui neste terreiro foi dito por diversas vezes que foram operadas algumas intervenções. Existem relatórios de manutenção? Se não existem, poderá concluir-se que houve negligência na gestão do equipamento. Do que é possível constatar-se em análise macroscópica, o balneário está em muito razoáveis condições de funcionamento, quer exterior quer interiormente. No meu entender tem havido uma absoluta incapacidade da Direção Comercial, que sempre se regeu por uma inércia que não lhe permitiu a captação de utentes, em quantidade e qualidade adequadas à elevada potencialidade do equipamento. Ainda no referido preâmbulo, consta que se “prevê custar uma quantia”. O quer dizer “prevê”? Então qual é efetivamente o custo estimado da “requalificação”? Será necessário conhecer as medições e orçamentos, mais uma vez elaborados por técnicos credenciados externos, quando sabemos que o quadro de pessoal da Câmara os tem, esses técnicos, a custo zero, bem mais capazes e conhecedores do que os “consultores” externos. Qual é o custo do “Comparador Público”? O comparador público é uma obrigação da contratação pública e não aparece esse estudo nos documentos, ou seja é preciso provar a relação custo/benefício, onde se demonstram que os objetivos a alcançar com o privado não podem ser atingidos com o público. A opção estratégica. Porquê agora esta opção tão importante para o concelho, a poucas semanas de eleições autárquicas, em que existe uma forte probabilidade de alteração das sensibilidades políticas na constituição do Executivo municipal? Em termos práticos, esta ação é inócua, pois nem a publicação será feita, muito menos o prazo de publicitação do concurso internacional, são 47 dias, certo? Quando se fizer a publicitação já terá decorrido a ocorrência do povo às urnas. Parece, assim, que se trata de uma manobra de diversão “para eleitor ver”, ou um “lavar de mãos” de um processo que parece ter corrido pessimamente. Porquê privatizar-se, quando há tão poucos anos se comprou? Acresce que, pasme-se, a filosofia socialista vai exatamente no sentido contrário, isto é, trazer para a tutela da Administração Pública as atividades económicas de relevância estratégica e social. Muito sinceramente, parece-nos que esta opção faz lembrar a “mística” das malfadadas PPP’s. Efetivamente, o assunto trás à liça a questão de base das termas das Caldas de Aregos. Aí sim, tratou-se de uma opção estratégica, consentânea com a filosofia socialista, meteu-se agora “o socialismo na gaveta”? Esta proposta, agora, só pode significar uma de duas evidências, ou houve graves erros de gestão deste empreendimento, prevendo-se que venha a ser ruinoso, se é que já não o é, para o erário municipal, já que até aqui não tem a empresa apresentado prejuízos a não ser em anos alternados, parecendo querer cumprir rácios mínimos. Ou então, o negócio consumado, aquando da aquisição do empreendimento, terá sido eventualmente ruinoso! É certo que, nos termos do caderno de encargos, o concessionário deverá repôr o património em que investiu os 7.200.000€ em estado “novo”, sublinho ao fim dos 30 anos terá de entregar tudo em estado “novo”! Não se descortina a disponibilidade do investidor para substituir todos os equipamentos eletromecânicos, que estarão, nessa altura completamente obsoletos por novos e entregar à Câmara tal investimento. Serão precisos outros 7.200.000€ ou em grosso modo, metade, para manter tudo em estado novo.



Permita-me que tenha sérias dúvidas da exequibilidade desta cláusula, ninguém terá vontade de comprar equipamentos novos para de seguida os entregar à Câmara, no fim dos 30 anos, temos aqui uma grande probabilidade de litigância e das difíceis de gerir. Qualquer eventual concorrente de boa fé, terá alguma apreensão em relação a esta cláusula. Pergunta-se ainda o porquê da não inclusão da Pensão Portugal neste negócio, visto estar num avançado estado de degradação que coloca em público a via pública, para não falar da falta de camas existente em Caldas de Aregos e no concelho de Resende. Face ao exposto, e considerando que a opção estratégica é consentânea com a ideologia que perfilho, abertura à iniciativa privada, e porque existem muitas perguntas sem resposta, a minha posição é de abstenção, sem prejuízo de acionamento de mecanismos de auditoria independente, e conseqüente acionamento de mecanismos de direitos de reversão por gestão danosa, caso esta se venha a confirmar.”-----

**Presidente da Câmara** – Disse que era a segunda vez que ouvia esta versão continuando sem saber qual é a proposta que fazem em alternativa e que aqui não houve manobras de diversão. Que o facto de se absterem nesta discussão significa que tanto lhes faz de uma maneira ou de outra, pelo que se abstinha de responder a qualquer pergunta.-----

**Amadeu Vasconcelos (Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere – PS)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

Sobre o assunto em discussão aprez-nos dizer o seguinte:O tema “Aregos” tem vindo a ser alvo de discussão ao longo dos últimos anos. Desde que o Partido Socialista assumiu o controlo dos destinos de Resende pela governação da Câmara Municipal, reconheceu em Arêgos e no seu recurso termal, um ponto de alavancagem do desenvolvimento económico do concelho. Isso mesmo motivou que em 2009 e num primeiro momento o executivo camarário optasse por alienar a sua participação de 15% no capital social da firma Empreendimentos Eólicos do Douro, SA e canalizasse o produto dessa alienação para a aquisição dos balneários, da Pensão Portugal e terrenos adjacentes, bem como do recurso termal. Relembramos que esta operação não teve qualquer impacto nos cofres da autarquia, tendo em conta que o valor de alienação da participação social e da aquisição das “Termas de Arêgos” foi coincidente. Posteriormente a autarquia procedeu a pequenas intervenções que permitiram dotar o espaço com as condições necessárias a que o balneário passasse a funcionar durante todo o ano e desenvolveu todos os esforços para atrair o investimento de potenciais investidores. Infelizmente, principalmente devido à forte crise económica que assolou o nosso país nos últimos anos, a primeira tentativa de captação de um parceiro económico privado que potenciase o desenvolvimento de Caldas de Arêgos ficou deserta. Felizmente isso não desviou o executivo camarário do seu objetivo principal, o que permitiu continuar a dinamizar o recurso termal até ao momento que em se conjugam os fatores para que uma nova cessão adaptada à realidade atual capte o interesse de potenciais investidores. O procedimento de concurso que hoje discutimos é o reflexo da avaliação cuidada que o município tem vindo a fazer ao longo dos últimos anos, sendo o produto final de um trabalho exaustivo imune a pressões de quem por vezes se dispersa do essencial. Os considerandos da proposta, são claros e inequívocos. Destacamos o facto de que o adjudicatário



fica obrigado a um investimento 7,2 milhões de euros que abrange obras de adaptação e requalificação do recurso termal e a construção e exploração de um hotel de recurso elevado. Recordamos que o mesmo fica obrigado a restituir ao município todos os equipamentos no final do período normal de funcionamento, ou seja, decorridos os 30 anos da concessão. Congratula-nos o facto de estarem devidamente salvaguardados os interesses municipais, pelo facto de ficar fora desta operação a Pensão Portugal - por si só avaliada em cerca de meio milhão de euros e que potencia outros investimentos municipais ou no município; o facto de que a renda máxima expectável para o período da cessão ser de 2 milhões de euros e o facto de ficarem salvaguardados os postos de trabalho pelo que isso significa para cada uma das famílias que naquele local encontrou a sua forma de sustento. Preocupa-nos o comportamento de outros atores políticos que sempre se mostraram contra o facto de ser a câmara municipal a gerir aquele recurso, na hora de serem chamados a participar numa solução que muito contribuirá para o desenvolvimento do município se refugiam num estrondoso NIM (nem não nem sim), demonstrando novamente que na verdade não têm nenhum projeto realista para o desenvolvimento de Arêgos ou do concelho. Vejamos: O PPD/PSD entende que esta solução é curta e acha que devíamos ir mais além com a criação de um parque temático no Penedo S. João com ligação a Arêgos e um passadiço sobre o douro. Muito bem... não somos nem nunca fomos contra a realização de investimento, mas perguntamos e desafiamos o PSD a vir a jogo respondendo às questões e esclarecendo as pessoas: Quanto custa esse investimento? Como é que o pretendem dinamizar de forma a que seja rentável e não seja um fardo para o município? Que política municipal estão dispostos a abandonar para canalizar recursos para a sua construção e dinamização? Por acaso seriam os transportes escolares que atualmente garantimos, ou a interrupção da reabilitação da rede viária? Deixariam cair o apoio aos produtores de raça arouquesa que ainda recentemente receberam os seus incentivos? Retirariam o apoio às associações do concelho? Por outro lado, onde realizariam o passadiço sobre o Douro? Por acaso tiveram atenção às quotas de cheia que ainda recentemente inutilizou um equipamento semelhante a montante causando um prejuízo de milhares de euros? Era importante que esclarecessem ... O CDS/PP não é menos contraditório. Passou 4 anos numa bancada a exigir ao executivo camarário uma solução de recursos privados e chega a esta fase a afirmar que afinal deveria era ser feito investimento público. Também para eles temos algumas perguntas. Sabem que o estado físico atual do edifício termal e equipamentos exigem um investimento na ordem dos 2,5 milhões de euros? Sabem também que a câmara municipal não dispõe de capacidade financeira para custear essas obras e que isso obrigaria à contratação de um empréstimo? Se sabem, qual seria o custo do serviço da dívida? E já agora para quem tanto afirma defender o tecido empresarial de Resende, como acham que reagiriam os nossos empresários se fosse o município a desenvolver todas as novas valências? Também seria bom esclarecer... Portanto, o que aqui temos hoje é o resultado ponderado de trabalho exaustivo que acreditamos fortemente ser a melhor solução para Arêgos e para Resende. Felicitamos o senhor Presidente da Câmara e o seu executivo pela iniciativa desejando que a operação seja um profundo sucesso porque acreditamos que o sucesso da operação será o sucesso de Resende e de todos nós.



Aos que se questionam relativamente ao timing da operação, que questionam porquê agora, respondemos tranquilamente, perguntando – porque não agora? É que nós confiamos que cairá em nós a responsabilidade do próximo executivo camarário. E se assim não for, V. Exas. terão sempre oportunidade de refazer todo o processo.-----

**Jorge Manuel da Silva Cardoso (coligação PSD/CDS Por Resende)** – Referiu, relativamente à sua anterior intervenção, que não se tratou de uma repetição do que foi apresentado em reunião de câmara, pois na sua intervenção falou da Pensão Portugal, questionando o porquê da sua não inclusão nesta operação, uma vez que se trata de um equipamento, que como todos sabem, se encontra num avançado estado de degradação, ameaçando ruína iminente, com perigo para o público. Disse que seria uma proposta interessante incluir este equipamento na operação, recuperando-o para assim também ele poder dar resposta à falta de camas em Aregos e no concelho. Em resposta à intervenção do membro Amadeu Vasconcelos, esclareceu que na sua intervenção defende o investimento privado, mas de forma diferente daquela que é apresentada, pois entende que não existe nenhum privado que vá entregar umas termas completamente novas no final da exploração e depois de lá ter investido inicialmente 7,2 milhões de euros.-----

**Presidente da Câmara** – Esclareceu que o Hotel Portugal não faz parte deste negócio, constituindo uma mais valia existente, que poderá ser alienado quando for entendido conveniente.-----

**Amadeu Vasconcelos (Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere – PS)** – Disse que não queria deixar os créditos do CDS/PP em mãos alheias, pois gostaria de deixar claro que o que fez foi assinalar uma contradição, ou seja, o CDS/PP passou quatro anos nesta assembleia a defender qualquer coisa que nada tinha a ver com a posição do município, recentemente afirmou numa reunião de câmara que o investimento deveria ser público e hoje mesmo reforça a sua contradição, dizendo que afinal o investimento devia ser privado.-----

**Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (coligação PSD/CDS Por Resende)** – Referiu que existe aqui alguma confusão, pois o estudo de viabilidade económica diz que a compra das termas foi um fracasso e a bancada do partido socialista continua a afirmar que foi um bom negócio, parecendo que só este ano é que isto se degradou. O partido socialista deveria fazer um pedido de desculpas e reconhecer que o negócio feito em 2009 correu mal, pois se o mesmo não tivesse sido realizado teríamos 3 milhões de euros para realizar investimentos públicos. -----

**Presidente da Câmara** – Respondeu que ninguém disse que o negócio das termas das Caldas de Aregos foi um fracasso, a não ser o membro Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto que foi o único a fazer essa avaliação, reafirmando que o que está aqui em causa é a aprovação de uma proposta para a requalificação imperiosa das termas e não o que está para trás. Disse ainda que gostaria que a oposição apresentasse uma proposta para a requalificação do balneário termal, pois nesse caso o executivo poderia, se a mesma fosse válida, até repensar a sua posição.-----

**Amadeu Vasconcelos (Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere – PS)** – Referiu que era importante recordar que se não fosse a votação dos vereadores da oposição do PS, na altura apoiados por um vereador dissidente do PSD, esse negócio ruinoso da altura tinha sido feito em



moldes completamente diferentes, a câmara municipal nunca teria tido uma participação de 15% no capital social e nunca na vida iria ter os 3 milhões de euros com que comprou as Caldas de Aregos e que se, portanto, a coligação PSD/CDS hoje diz que um negócio que não custou um tostão à câmara e atualmente potencia um investimento de 7,2 milhões de euros e garante a manutenção de todos estes postos de trabalho é um negócio ruinoso, então a sua bancada pede desculpa porque não está aqui a fazer nada.-----

**Elsa Ferreira Rodrigues (coligação PSD/CDS Por Resende)** – Disse que a sua bancada tem sido acusada sistematicamente de contradição, porém, na sua opinião não vê maior contradição do que esta assembleia de hoje, pois sempre foram contra o modelo que lhes apresentaram em 2009, tendo avisado naquela altura que o mesmo iria ter um impacto na autarquia, o que pode ser confirmado através da consulta das suas intervenções. Lembra-se de na altura os terem acusado de serem meia dúzia de miúdos que não percebiam nada de negócios e agora, apraz-lhe dizer que até percebem, pois passados quase dez anos estamos aqui. Recebem tudo menos lições de moral de contradição, porque o seu percurso foi linear. Lembra-se da última assembleia em que esteve presente, em que se falou das termas das Caldas de Aregos como estando tudo muito bem e agora vemos que afinal não está tudo muito bem e que temos dois factos muito graves, temos um balneário em avançado estado de degradação e, pior, com risco para a saúde pública, pelo que alguma coisa aqui correu muito mal. Questionou como é que se recorre a uma consultora, a Deloitte, que errou redondamente no estudo de viabilidade económica da aquisição de Caldas de Aregos. Relativamente às eólicas, disse que apesar de à data ser muito jovem nunca se esqueceu do debate que o assunto causou, lembrando-se de ver dois cartazes do partido socialista, um em Felgueiras e outro perto da ponte, a dizerem “não às eólicas” e que nessa altura o partido socialista, quando o Dr. Brito de Matos apresentou o projeto, era contra a energia eólica. Quanto ao facto de a sua bancada não apresentar qualquer proposta, entende que o próprio senhor Presidente da Câmara e o membro Amadeu Vasconcelos entraram em contradição, pois a sua bancada falou de passadiços, falou da requalificação do Penedo e São João e a sua ligação a Caldas de Aregos, propostas que poderão ser também discutidas com os privados. Ressalvou uma coisa que considera muito importante, que é o facto de o membro Amadeu Vasconcelos ter afirmado que nada disto tem impacto para o município, questionando como é que tal é possível, até porque ouvimos sistematicamente o senhor Presidente a dizer que as contas estão más, que não é possível endividamo-nos porque o serviço da dívida vai ser muito grande, questionando se, passados cerca de 10 anos após a operação, 6 milhões de euros não dariam muito jeito ao município de Resende. Esclareceu, por último, ainda que nada da intervenção da sua bancada neste município porá em causa o transporte de crianças ou a escola pública.-----

**Presidente da Câmara** – Disse que iria informar a Deloitte das afirmações proferidas pelo membro Elsa Rodrigues relativamente a esta empresa e disse ainda que não era verdade que tinha dito que as Caldas de Aregos podem por em perigo a saúde pública, esclarecendo que o que tinha dito foi que, da maneira como as coisas estão a degradar-se, pode começar a por em perigo a saúde pública.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada da**



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coligação PSD/CDS Por Resende), aprovar.-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor 1º Secretário da Mesa, em substituição do Presidente da Mesa, propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, **o que foi aprovado por unanimidade**, e deu por encerrada a reunião, eram 17h25. -----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental IportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Assembleia Municipal, subpasta Ano 2017.-----

António Silvano de Moura

1º Secretário da Mesa

(em substituição do Presidente da Assembleia Municipal)

António Manuel de Almeida Pinto

Chefe da DASU